

22 Maio 2023

Andrea Pereira Macera
Secretaria de Competitividade e Política Regulatória (SCPR)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Ref: CONSULTA PÚBLICA Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2023: PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DO BRASIL 2023-2026

Prezada Andrea Pereira Macera,

Em nome do TIC Council Americas, a filial americana do TIC Council, a federação comercial global que representa o setor independente do setor de ensaios, inspeção e certificação (TIC) de terceiros, elogiamos os esforços da Secretaria de Competitividade e Política Regulatória (SCPR) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para melhorar o ambiente regulatório no Brasil e convocar as partes interessadas para esta consulta pública. O TIC Council tem o prazer de fornecer recomendações sobre como as regulamentações no Brasil podem ser aprimoradas para promover uma economia competitiva e dinâmica. Além disso, neste breve comentário, esperamos fornecer uma melhor compreensão de como a promoção de um sistema robusto de infraestrutura da qualidade - incluindo a participação de organismos de avaliação de conformidade (OAC) independentes - coincidirá com uma redução da carga regulatória e maior competitividade para empresas brasileiras no longo prazo.

A expansão do papel dos organismos de avaliação de conformidade permite que as empresas nacionais aproveitem a experiência e o conhecimento técnico internacional, bem como reduzam os custos internos de conformidade e obtenham economias de escala. As empresas brasileiras podem aproveitar os serviços de avaliação da conformidade altamente especializados em vez de estabelecê-los internamente e tirar proveito de ensaios, inspeções e certificações reconhecidos internacionalmente para demonstrar qualidade, segurança e sustentabilidade aos clientes e os órgãos reguladores em todo o mundo.

A incorporação, sempre que possível, de normas e esquemas internacionais de avaliação da conformidade existentes reduzirá o custo e o tempo de colocação no mercado para os fabricantes brasileiros, ao mesmo tempo em que abrirá novos mercados para seus produtos. Os OACs independentes de terceiros têm o conhecimento e a experiência para facilitar o desenvolvimento de programas regulatórios e garantir a implementação rápida e confiável desses programas.

A estreita coordenação e cooperação com outros países para fornecer aos OACs brasileiros Tratamento Nacional aumentaria a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional. O Tratamento Nacional reduz os custos e o tempo de comercialização para os fabricantes que desejam colocar seus produtos em vários mercados, pois permite que o fabricante simplifique as operações e os procedimentos e tenha mais opções de fornecedores de serviços de avaliação de conformidade. Da mesma forma, a coordenação regulatória com outros países e, sempre que possível, a incorporação de normas técnicas internacionais nas regulamentações brasileiras garantirá que a versão mais recente da norma possa ser aplicada e promoverá a eficiência e a eficácia regulatórias. À medida que um número cada vez maior de governos em vários países adota e implementa regulamentações que exigem normas mais rigorosas de “due diligence” na cadeia de suprimentos, o alinhamento com as normas e boas práticas internacionais, e a aplicação

de Tratamento Nacional aos OACs, garantirão que o Brasil possa aproveitar plenamente as iniciativas de sustentabilidade e ESG mundialmente.

Além disso, acreditamos que a presença do setor independente, imparcial e competitivo de avaliação da conformidade é um componente essencial de um sistema de infraestrutura de qualidade robusto. A expansão do uso dos OACs independentes de terceiros é um componente importante que permite os governos economizarem recursos públicos e, ao mesmo tempo, aumentar a conformidade com as normas existentes ou novas. O uso da declaração de conformidade do fornecedor (SDoC) exige um sistema de vigilância amplo e bem financiado, aumentando o custo sobre o governo. Ao contrário da declaração do fornecedor, o uso de OACs independentes de terceiros oferece aos reguladores mais confiança na conformidade de produtos, processos e serviços. A expansão do uso de organismos independentes de avaliação da conformidade, incluindo o uso voluntário de OACs independentes de terceiros como parte de um programa de conformidade acelerada nos portos, reduziria o custo da vigilância para o governo e facilitaria os processos de inspeção simplificados. Isso reduz a necessidade de fundos públicos e diminui a dependência da receita tributária.

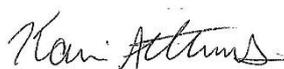
Por fim, gostaríamos de destacar a importância da implementação completa das boas práticas regulatórias (BPR). As BPR incluem disposições de transparência, participação das partes interessadas, responsabilidade, avaliação de impacto, imparcialidade e devido processo. Essas políticas fundamentais funcionam como um mecanismo de controle de qualidade para o desenvolvimento de regulamentações, promovendo um ambiente regulatório aberto, justo, coerente e previsível. Elas também ajudam a garantir que os objetivos das políticas públicas sejam cumpridos de forma mais eficaz e que as barreiras ao comércio sejam minimizadas. Reconhecemos que as avaliações de impacto e o BPR, de forma mais geral, tornaram-se uma prioridade para o SCPR e incentivamos sua implementação total a fim de estabelecer uma base regulatória sólida para uma economia brasileira competitiva. Ao promover o BPR e um sistema robusto de infraestrutura de qualidade, no qual os OACs independentes de terceiros desempenham um papel importante na verificação de padrões obrigatórios e voluntários, a economia brasileira poderá demonstrar de forma mais eficaz a qualidade de bens, produtos, serviços e processos produzidos internamente—por sua vez, aumentando a competitividade internacional do mercado brasileiro.

Somos gratos pela oportunidade de contribuir com os esforços do MDIC para melhorar o ambiente regulatório do Brasil e agradecemos a consideração de nossos comentários. Se tiver alguma dúvida, entre em contato com Roberta Telles (rtelles@tic-council.org) ou Benjamin Johnson (bjohnson@tic-council.org) a qualquer momento.

Com atenção,



Hanane Taidi
Director General
TIC Council



Karin Athanas
Executive Director
TIC Council Americas
kathanas@TIC-Council.org